

# AMERICANISMO E FORDISMO: A REVOLUÇÃO PASSIVA NOS ESTADOS UNIDOS

## AMERICANISM AND FORDISM: THE PASSIVE REVOLUTION IN THE UNITED STATES

Felipe Alexandre Silva de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** este artigo tem o objetivo utilizar a categoria de revolução passiva desenvolvida por Antonio Gramsci para problematizar alguns dos principais acontecimentos históricos ocorridos nos Estados Unidos da América na primeira metade do século XX — a saber, a implementação do fordismo na produção industrial, a consolidação do chamado american way of life e a destruição dos movimentos operários de esquerda. A hipótese é que o conjunto desses acontecimentos pode ser caracterizado como uma revolução-restauração ou uma revolução passiva, que reorganizou as relações sociais nos EUA, com o objetivo de proporcionar maior eficiência ao modo de produção capitalista e expandir as taxas de lucro.

**Palavras-chave:** EUA. Americanismo. Fordismo. Revolução Passiva.

**Abstract:** This article aims to use the passive revolution category developed by Antonio Gramsci to ponder about some of the main historic events that took place in the United States during the first half of the Twentieth Century — which are the implementation of Fordism in industrial production, the consolidation of the so called “American way of life” and the destruction of the left-wing working class movements. Our hypothesis is that the bulk of these events can be characterized as a revolution-restoration or a passive revolution that reorganized social relations in US, with the intent of give more efficiency to the capitalist mode of production and expand profit rates.

**Keywords:** USA. Americanism. Fordism. Passive Revolution.

### Introdução

O italiano Antonio Gramsci (1891-1937) foi, ao lado de György Lukács, Lenin e Rosa Luxemburgo, um dos pensadores de maior importância no campo intelectual

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista, Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Marília, São Paulo, Brasil. Bacharel em Comunicação Social /Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, Paraná, Brasil. O presente artigo foi escrito como trabalho de conclusão da disciplina “Gramsci e a filosofia da praxis”, ministrada no programa de pós-graduação em Ciências Sociais da UNESP/Campus Marília em 2014.

marxista do século XX. Devido a sua militância política, tornou-se prisioneiro político do fascismo entre 1926 e 1937, e elaborou no cárcere grande parte de sua obra teórica, os célebres Cadernos do Cárcere. Ainda que fragmentada do ponto de vista formal — devido em grande parte às péssimas condições físicas e psicológicas resultantes do encarceramento —, a obra gramsciana apresenta, do ponto de vista do conteúdo, uma evidente preocupação sistemática: suas categorias e temas principais são consistentemente articulados entre si, além de possuir um caráter histórico-universal: sem deixar de ser um pensador influenciado pela cultura italiana e preocupado com as questões de seu país, sua produção é ampla e profunda o bastante para ser “capaz de responder e de incidir sobre uma práxis mais vasta, mais universal” (COUTINHO, 1981, p.64). É precisamente esse caráter da obra gramsciana que a tornou essencial para o desenvolvimento da tradição cultural marxista. O arcabouço conceitual desenvolvido por Gramsci forneceu chaves interpretativas que ajudaram a compreender de forma profunda os fenômenos sociais de sua época e de tempos posteriores, especialmente a complexa relação entre estrutura e superestrutura, vista pela vulgata stalinista de modo mecânico e desprovido de qualquer dialética.

De forma certamente redutora, devido ao pouco espaço disponível — uma vez que os conceitos gramscianos compõem uma totalidade e perdem muito de sua força quando tomados separadamente — pretendemos usar a categoria de revolução passiva para refletir sobre o desenvolvimento da sociedade estadunidense durante a primeira metade do século XX. Se o período entre 1776 (início da guerra da independência contra a Inglaterra de George III) e 1865 (desfecho da Guerra da Secessão) foi uma época de revolução burguesa clássica — como nos casos inglês e francês — que consolidou e generalizou as relações capitalistas nos EUA, as primeiras décadas do século seguinte, com a implementação do fordismo e do American way of life paralelamente à liquidação dos movimentos operários de esquerda podem ser vistos — se estivermos corretos — como uma revolução passiva que reorganizou e tornou mais eficiente o capitalismo norte-americano.

### **O conceito de Revolução Passiva**

Segundo Del Roio (2009), a elaboração sobre a revolução passiva decorre dos estudos feitos por Gramsci para entender o Risorgimento. Mais do que a unificação do

estado nacional italiano em 1871, o Risorgimento foi uma forma particular de revolução burguesa que consolidou e generalizou o capitalismo na Itália. Para Gramsci, não era possível compreender a revolução burguesa italiana do ponto de vista estritamente nacional, já que esta estava associada à Revolução Francesa (1789-1871), que por sua vez também deveria ser pensada dentro do contexto internacional (DEL ROIO, 2009).

A matriz teórica desse estudo foi encontrada por Gramsci nos trabalhos do jurista napolitano Vincenzo Cuoco (mais precisamente, seu livro *Saggio storico sulla rivoluzione di Napoli*, de 1801) e do historiador francês Edgar Quinet. Em seu livro, Cuoco compreende a revolução napolitana de 1799 como resultado do impacto da Revolução Francesa, que mobilizou, de forma incoerente, as classes dominantes napolitanas no sentido de transformar Nápoles em um Estado burguês, mas as massas populares não participaram desse processo. “Daí ter sido a revolução napolitana uma revolução passiva, pois que, importada da França, dividiu as classes dirigentes, incluindo os intelectuais, mas não se vinculou às massas populares” (DEL ROIO, 2009, p. 60 - *italico nosso*). Por sua vez, Quinet analisa a Revolução Francesa como um processo de longa duração, e considera a fase da Restauração Bourbônica (1815-1830) um período de “revolução-restauração”, também influenciado por questões externas, mas movido fundamentalmente por forças sociais francesas (DEL ROIO, 2009). Gramsci utiliza essas duas formulações em sua interpretação do Risorgimento, uma vez que ambas salientam processos em que há influência de impactos externos e uma participação popular ausente ou desorganizada e difusa, capaz de arrancar às classes dominantes poucas medidas progressistas. Nas palavras de Gramsci, a respeito da Itália,

[...] o fato histórico da ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história italiana, bem como o fato de que o desenvolvimento se verificou como reação das classes dominantes ao subversivismo esporádico, elementar, não orgânico, das massas populares, através de “restaurações” que acolheram uma certa parte das exigências que vinham de baixo; trata-se, portanto, de “restaurações progressistas” ou “revoluções-restaurações”, ou, ainda, “revoluções passivas”. (GRAMSCI, 1999, p.393).

Segundo Del Roio:

**Por ora, Gramsci entende o conceito de revolução passiva como passível de apreender um fenômeno de “revolução sem revolução” produzida por um impacto externo ou de um fenômeno que demarca uma fase de um processo mais longo de revolução.** O Risorgimento, na leitura que Gramsci faz a partir dessa elaboração conceitual, é uma revolução passiva, pois que produto de um impacto externo de longo alcance, não só de uma invasão militar, como em Cuoco, mas de uma incidência política e cultural duradoura. É uma revolução passiva também por ter sido uma revolução sem revolução. De qualquer maneira, trata-se ainda da revolução burguesa, ou seja, da época histórica de construção e consolidação do capitalismo e dos Estados nacionais na Europa. (DEL ROIO, 2009, pp.62-63 - *negrito nosso*).

Explanado grosso modo o conceito gramsciano de revolução passiva, foquemos, pois, nas particularidades históricas dos Estados Unidos da América e o processo de implantação do fordismo e do americanismo.

### **Os Estados Unidos da América: da revolução burguesa ao alvorecer do século XX**

A Revolução Americana (1776-1783) foi o início de uma revolução burguesa clássica nos Estados Unidos que, devido a diferenças profundas nas relações sociais entre as regiões norte e sul das colônias, se completou apenas em 1865. Já nos primeiros anos de colonização, as 13 colônias se desenvolveram de formas díspares. Enquanto o norte e o centro baseavam-se nas pequenas e médias propriedades e no trabalho livre executado geralmente pelo próprio proprietário e sua família, o sul se alicerçou no latifúndio e no trabalho de escravos africanos, priorizando a exportação de produtos agrários como tabaco, anil e algodão para a Inglaterra, e a importação de produtos manufaturados (RODRIGUES, 2000). Segundo Aptheker (1969), embora a Revolução sem dúvida tenha sido uma guerra popular de efeitos profundos, seus efeitos foram limitados justamente por essa divergência de formação social entre norte e sul, pois as forças revolucionárias foram levadas a um “compromisso com as forças pré-feudais que caracterizavam a sociedade colonial americana, ou seja, a sociedade escravista” (APTHEKER, 1969, pp.16-17).

Esse compromisso se rompeu na Guerra da Secessão (1861-1865), quando o norte vitorioso, buscando expandir o mercado consumidor interno para sua crescente indústria por meio da generalização do trabalho livre assalariado, ocupou o sul e findou a escravidão (RODRIGUES, 2000). A vitória do norte assegurou a generalização das relações capitalistas nos EUA e impulsionaram um notável surto de desenvolvimento (HARVEY, 2013), pavimentando o caminho para que, no alvorecer do século XX, com o capitalismo entrando em sua fase monopolista imperialista (LENIN, 2012), o país apresentasse incontrovertida influência global<sup>2</sup> materializada em seus trustes, como os bancos de Morgan e Rockefeller, a gigantesca indústria elétrica General Electric e o conglomerado petrolífero Standard Oil Company (LENIN, 2012).

Pari passu, a sociedade norte-americana também experimentava um período de pauperização popular generalizada, causada pelo aprofundamento da exploração das

---

2 Ainda que os EUA viessem a se firmar como superpotência dominante apenas no final da Segunda Guerra Mundial.

classes trabalhadoras pelos detentores dos meios de produção. A tensão social nos EUA na passagem para o século XX era agravada por conta da grande massa de imigrantes provenientes especialmente da Europa, salientando sobremaneira o contraste entre as massas oprimidas e as classes dominantes (ZINN, 2005). Nesse quadro teve início o processo de afirmação da racionalidade capitalista, que ao longo do século XX se espalharia por todo o planeta.

Racionalidade, investimento, trabalho e tradição religiosa, somados aos empreendimentos de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade às indústrias, propiciaram o crescente desenvolvimento americano, que passou a ocupar o lugar que nos séculos XVIII e XIX havia sido da Inglaterra, substituindo a denominação de Revolução Industrial pelas denominações contudentes do século XX: americanismo e fordismo. (RODRIGUES, 2000, p.143).

### **A imposição do fordismo**

Mesmo prisioneiro e com acesso limitado a materiais de estudo, Gramsci, ao passar para o papel suas reflexões sobre o desenvolvimento do capitalismo nos Estados Unidos em 1934, foi capaz de compreender profundamente a magnitude do fordismo nos EUA e perceber que os três fenômenos descritos acima — a destruição do movimento operário americano, a mudança na forma de organização da produção e a onda puritana eram manifestações intimamente interligadas de um mesmo processo. Já no começo de seu Caderno 22, intitulado “Americanismo e fordismo”, Gramsci escreve:

Pode-se dizer, de modo genérico, que o americanismo e o fordismo resultam da necessidade imanente de chegar à organização de uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que marcam precisamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. (GRAMSCI, 2001, p.241).

Já era muito claro para Gramsci que o fordismo não era apenas a reestruturação da produção automobilística, mas um complexo processo econômico, político e cultural que tinha o objetivo de desenvolver um novo, mais eficiente padrão de acumulação capitalista. E de fato o fordismo e o modo de vida americano baseado no consumismo de produtos de massa que esse tipo de organização fabril permite se expandiram para outros aspectos do cotidiano, e de forma muito mais intensa depois da Segunda Guerra Mundial. David Harvey, refletindo em 1989, ou seja, em uma época em que é possível analisar a maturidade desse processo, confirma que Gramsci apreendeu corretamente os determinantes de um fenômeno do qual só pode conhecer o início. Para Harvey, o fordismo é menos um mero sistema de produção e mais “um modo de vida total. Produção

em massa significava padronização do produto e consumo de massa, o que implicava toda uma nova estética e mercadificação da cultura [...]”. (HARVEY, 2012, p.131).

Era fundamental, para esse “modo de vida total”, formar um novo tipo de trabalhador, como em toda grande mudança na estrutura social.

A história do industrialismo foi sempre [...] uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, frequentemente doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animais e primitivos) a normas e hábitos de ordem, de exatidão, de precisão sempre novos, mais complexos e rígidos, que tornam possíveis as formas cada vez mais complexas de vida coletiva, que são a consequência necessária do desenvolvimento do industrialismo. (GRAMSCI, 2001, p. 262).

Mas qual modo de vida total? E de que novo trabalhador estamos falando? Vejamos. A implementação do fordismo nos Estados Unidos começa em 1913, quando o industrial Henry Ford, dono da Ford Motor Company, sediada em Detroit (Michigan), criou o método que leva o seu nome. Trata-se de uma série de inovações organizativas no trabalho da fábrica, com o intuito de produzir um novo tipo de carro, o modelo T, no menor tempo e na maior quantidade possível, diminuindo assim o preço e possibilitando sua compra em massa (GOUNET, 1999). Essa nova organização vai de encontro aos métodos de trabalho mais antigos, no qual os veículos eram fabricados de forma quase artesanal por operários extremamente especializados, que conheciam o processo de cabo a rabo. O tempo socialmente necessário para a produção era muito longo e por isso os veículos eram caros. Ford adaptou os métodos do taylorismo, também conhecidos como “organização científica do trabalho”, de modo que fosse possível, a partir dessa matriz, praticar a produção em massa. Segundo Gounet (1999), podemos dizer que o fordismo trouxe as seguintes transformações principais:

1. Em busca da produção de massa, operou-se extrema racionalização nas operações executadas pelos operários, evitando ao máximo o desperdício de tempo.
2. Seguindo o taylorismo, as tarefas foram parceladas entre os operários, cada um dos quais faria, doravante, um número limitadíssimo de gestos repetitivos. Ele não precisa mais ser um especialista, o que acarreta na desqualificação da força de trabalho.
3. Criou-se a linha de montagem para sincronizar os diferentes trabalhos realizados no interior da fábrica. Frente a uma esteira rolante, os operários, um ao lado do outro, executam as tarefas que lhe cabem. Além disso, a esteira rolante permite que os diretores da empresa criem e regulem uma cadência regular de trabalho.

4. Para aprofundar a simplificação e aceleração dos trabalhos individuais, Ford passa a padronizar as peças. Para obter os componentes exatos, adaptáveis a seus veículos, a Ford Motor Company começa a comprar as firmas fabricantes de peças, lançando-se assim à integração vertical, i.e., controle direto de um processo de produção, de cima a baixo.

Para esse novo regime, era necessário disciplinar a força de trabalho. Os trabalhadores da época naturalmente preferiam o antigo sistema, menos massacrante física e psicologicamente, no qual eles mantinham sua qualificação (GOUNET, 1999). Portanto, era necessário

Desenvolver em seu grau máximo, no trabalhador, os comportamentos maquinais e automáticos, quebrar a velha conexão psicofísica do trabalho profissional qualificado, que exigia uma certa participação ativa na inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalhador, e reduzir as operações produtivas apenas no aspecto físico e maquinal. (GRAMSCI, 2001, p.266).

Primeiramente, buscando atrair empregados, Ford oferece um salário de cinco dólares pela jornada de oito horas — o dobro da média paga pelos concorrentes (GOUNET, 1999). Todavia, para receber o pagamento, o operário deve provar sua retidão moral, comparecendo aos cultos religiosos, não bebendo, não sendo mulhengo, destinando o dinheiro à família, etc. A Ford Motor Company criou um departamento de serviço social para monitorar o status quo nas casas dos empregados. Nos primeiros anos, Ford recusará os cinco dólares a nada menos que 28% do pessoal, considerado depravado segundo os parâmetros da empresa (GOUNET, 1999). Esse invasivo moralismo puritano, ao contrário do que parece, tem uma função muito mais organizativa do que propriamente religiosa. Segundo Gramsci (2001), depois da generalização do fordismo, outros industriais procuraram regular a vida pessoal de seus empregados. Contudo,

a aparência de “puritanismo” assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas; a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não foi adequadamente regulamentado, não foi também ele racionalizado. (GRAMSCI, 2001, p. 252).

O puritanismo é uma necessidade do novo sistema de trabalho. Ao afastar os empregados dos excessos, aventuras sexuais, festas e alcoolismo, procura conferir “certo equilíbrio psicofísico, capaz de impedir o colapso fisiológico do trabalhador, coagido pelo novo método de produção” (GRAMSCI, 2001, p. 267), ainda moldado pelo antigo esquema artesanal, qualificado e mais lento. Uma vida regrada o impede de gastar energias e facilita sua adaptação psicofísica ao ritmo massacrante do fordismo. E, ao fim e ao cabo, o novo industrialismo requer a austeridade e a monogamia, porque o

trabalhador que desperdiça as suas energias na esbórnica obviamente será um trabalhador ineficiente, prejudicará a produção, e conseqüentemente a extração de mais-valia (GRAMSCI, 2001).

O moralismo não se resumia a funcionários de empresas fazendo inspeções domésticas. Lembremos: o que estava sendo forjado era um novo homem, que precisava internalizar a nova produção capitalista em todos os aspectos de sua vida, não apenas na fábrica. Uma onda conservadora tomou os Estados Unidos de assalto. O proibicionismo da Lei Seca foi o fator mais visível desse fenômeno, mas ele não se limitou à interdição do consumo de bebidas

alcóolicas; vários órgãos estatais e instituições da sociedade civil (como a YMCA) tratavam de moralizar os mais variados detalhes das vidas privadas não apenas do proletariado industrial, mas da totalidade das classes subalternas. As professoras primárias do estado de Massachusetts, por exemplo, eram sumariamente despedidas caso engravidassem, tingissem o cabelo ou utilizassem vestidos que terminassem mais de duas polegadas acima dos joelhos (ZINN, 2005).

Concomitantemente ao puritanismo, também era necessário, ainda segundo Gramsci (2001), que a resistência real e potencial das classes exploradas fosse quebrada por meio da destruição dos sindicatos operários. Dadas as condições de vida periclitantes das classes subalternas, não era por nada que as atividades contestatórias e contrapartidas repressivas eram frequentes. Fato importantíssimo foi o caso da Praça Haymarket em Chicago, onde, em maio de 1886, enquanto grevistas se manifestavam pacificamente pela jornada de oito horas, uma bomba explodiu em um posto policial. Em represália, a polícia abriu fogo, matando dezenas de grevistas. Oito anarquistas foram presos condenados pelo crime — sem provas — e enforcados (ZINN, 2005). O episódio deu origem às comemorações de Primeiro de Maio<sup>3</sup>. A greve de 1886 não foi, de modo algum, a única<sup>4</sup>.

Na virada do século, lutas grevistas estavam se multiplicando — nos anos 1890 ocorreram cerca de mil greves por ano; em 1904 havia 4 mil greves por ano.

---

<sup>3</sup> Existe na literatura americana uma obra muito pouco conhecida, de grande qualidade, que faz um retrato ficcional, porém fiel, dos atentados de Haymarket, chamada *A bomba*. O livro foi escrito por Frank Harris em 1908 e recebeu edição brasileira pela Conrad em 2009. Além do detalhamento do episódio, o romance descreve as condições animais suportadas pelos trabalhadores imigrantes na construção de grandes obras, como as pontes que ligam Manhattan ao Brooklin, na cidade de Nova York.

<sup>4</sup> A turbulência social dos Estados Unidos se refletia na própria cultura, que gerou grande número de artistas e figuras públicas de esquerda, que, ainda que a maioria não chegasse a propor uma crítica radical e superação revolucionária do modo de produção capitalista, eram consideravelmente progressistas, diferenciando-se enormemente da aridez reacionária do panorama cultural estadunidense de hoje. Figuras como Upton Sinclair, Henry James, Mark Twain, Emma Goldman e Jack London contestavam sua sociedade cotidianamente, enquanto numerosos jornalistas radicais, os chamados muckrakers, em uma época em que a imprensa era um tanto mais pluralista, contribuíam para a atmosfera de dissidência simplesmente contando os horrores que presenciavam nas ruas (ZINN, 2005).



[...] Era uma época em que centenas de milhares de americanos começaram a pensar em socialismo. (ZINN, 2005, p.339).

O sindicalismo crescia. Logo depois da virada do século havia dois milhões de trabalhadores sindicalizados (um para cada 14 trabalhadores) (ZINN, 2005). Um momento chave na história da esquerda americana foi junho de 1905, quando se reuniram em Chicago cerca de 200 anarquistas, socialistas e sindicalistas radicais, para inaugurar a organização IWW — Industrial Workers of the World (ZINN, 2005). Seus membros buscavam organizar os trabalhadores de todos os ramos industriais, sem fazer distinção de raça e sexo — como era norma na maioria dos sindicatos de então (ZINN, 2005). O IWW foi de grande importância na organização da classe operária americana, e seguia a linha anarco-sindicalista. Ao invés de propor a tomada do poder via luta armada e conquista do estado, o IWW propunha travar a produção de mais-valia por meio da greve geral, que era o fim último de sua estratégia. Dizia um panfleto oficial da organização:

Greves são meros incidentes na guerra de classes; elas são testes de força, treinamentos periódicos no curso no qual os trabalhadores treinam para ação organizada. Esse treinamento é absolutamente necessário para preparar as massas para a “catástrofe” final, a greve geral que vai concluir a expropriação dos empregadores. (IWW, apud ZINN, 2005, p.331)

Era imperativa, portanto, que a ordem do capital estabilizasse as relações de classe. A burguesia cedia a algumas reivindicações e criou instituições da sociedade civil, como a *National Civic Federation* e o *Progressist Movement*, para fazer mediações entre capital e trabalho com vistas a uma conciliação, enquanto o estado implantava medidas compensatórias, como pensões e programas de seguro contra desemprego, doença e acidentes de trabalho (ZINN, 2005). Quando nada disso apaziguava as classes exploradas, a violência entrava em cena, especialmente nas grandes manifestações. Basta citar como exemplo a greve de empregados em uma mineradora no Estado do Colorado pertencente a John Rockefeller, iniciada em setembro de 1913 e encerrada em abril de 1914 com o Massacre de Ludlow: a Guarda Nacional invadiu o acampamento dos grevistas, ateou fogo em tendas e matou a tiro dezenas de pessoas (ZINN, 2005).

A repressão se tornou maior a partir de 1917, quando os EUA adentraram a Primeira Guerra Mundial e fez-se necessário calar a oposição pacifista. O grande agravante foi a onda de paranoia anticomunista, conhecida como *Red Scare*, que varreu a América depois da Revolução Bolchevique. O movimento sindical e os imigrantes estrangeiros, principalmente os que vinham do leste e do sul da Europa, eram vistos como agentes perigosos, prontos para bolchevizar a sociedade americana por dentro.

Confrontos com mortes entre militantes e forças da ordem eram fatos cotidianos. Os grandes mártires desse período foram Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, imigrantes italianos pobres e anarquistas, presos em 1921, sob a acusação de latrocínio e condenados à morte. O julgamento foi extremamente tendencioso, carente de provas substanciais, e há fortes indícios de que Sacco e Vanzetti foram sentenciados justamente porque eram anarquistas e estrangeiros (ZINN, 2005), o que gerou comoção mundial pela sua libertação. “Em Agosto de 1927, enquanto a polícia neutralizava marchas e piquetes com prisões e espancamentos, eles foram eletrocutados.” (ZINN, 2005, p.376).

Esse foi o contexto no qual o fordismo foi implantado. Obviamente outros fatores contribuíram para a repressão à esquerda, mas o fato é que o desenvolvimento de um novo método de acumulação capitalista seria impossível no grau de acirramento da luta de classes nos Estados Unidos. A conduta econômica, política e cultural da burguesia não só disciplinou o trabalho, mas pacificou e estabilizou a sociedade do capital de forma consistente, a começar da esfera produtiva.

Racionalizar a produção e o trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo operário de base territorial) com a persuasão (altos salários, diversos benefícios sociais, habilíssima propaganda ideológica e política) e conseguindo centrar toda a vida do país na produção. A hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais de política e da ideologia. (GRAMSCI, 2001, p. 247-248).

A hegemonia do capital sobre o trabalho nos Estados Unidos foi eficientemente implantada. Mas o desenvolvimento econômico e o acúmulo de trabalhadores nas fábricas sempre deixava próxima a ameaça de um novo movimento trabalhista forte, por isso figuras radicais nos meios operários continuaram a ser atacadas no pós-guerra (HARVEY, 2012). Nessas alturas, boa parte dos sindicatos já havia sido cooptada (HARVEY, 2012), e a maioria das empresas acabou por adotar o fordismo, primeiramente na indústria automobilística e depois em outros ramos.

O modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos, enquanto nos EUA o princípio fordista ampliava-se para novos tipos de produção, da construção de habitações à chamada junk food (o McDonald's foi uma história de sucesso do pós-guerra). Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa, como no setor de viagens a praias ensolaradas. [...] O que antes era um luxo tornou-se o padrão do conforto desejado, pelo menos nos países ricos: a geladeira, a lavadora de roupas automática, o telefone. (HOBSBAWM, 2010, p. 259).

Em suma, a generalização do fordismo proporcionou a base material para o desenvolvimento do chamado *American Way of Life*, o individualismo dinâmico, pragmático, voltado ao consumo de massa (ALVES, 2011).

## “Conclusão” provisória

Narrado o processo de implantação do fordismo nos Estados Unidos, perguntamos: tratou-se de uma revolução passiva, iniciada algumas décadas depois que a derrota do Sul escravista assinalou o epílogo da revolução burguesa clássica? Gramsci aventava essa possibilidade logo no início do Caderno 22, quando diz que a questão é

saber se o americanismo pode constituir uma “época” histórica, ou seja, se pode determinar um desenvolvimento gradual do tipo (examinado em outros locais) das “revoluções passivas” próprias do século passado, ou se, ao contrário, representa apenas a acumulação molecular de elementos destinados a produzir uma “explosão”, ou seja, um revolvimento de tipo francês. (GRAMSCI, 2001, p.242).

Porém, cauteloso, o marxista italiano não chega a afirmar de forma clara se o processo estudado se configurou de fato como uma revolução passiva. Portanto, voltemos ao conceito. Segundo Carlos Nelson Coutinho (2012), a revolução passiva possui forte aspecto restaurador/conservador, todavia, isso

não anula o fato de que ocorrem também modificações efetivas. A revolução passiva, portanto, não é sinônimo de contrarrevolução e nem mesmo de contrarreforma: na verdade, numa revolução passiva estamos diante de um reformismo “pelo alto”. (COUTINHO, 2012, p.119).

Segundo o próprio Gramsci,

Pode-se aplicar ao conceito de revolução passiva (e pode-se documentar no *Risorgimento* italiano) o critério interpretativo das modificações moleculares, que, na realidade, modificam progressivamente a composição anterior das forças e, portanto, transformam-se em matriz de novas modificações. (GRAMSCI, 2002, p. 317).

Dissemos anteriormente que há uma revolução passiva quando as classes dominantes, pressionadas por um impacto externo e/ou por movimentos reivindicatórios difusos e desorganizados das classes exploradas, são obrigadas, como diria Lampedusa, a mudar para que nada mude. Buscando cortar a pressão a reestabilizar a ordem vigente, a burguesia concede aos trabalhadores uma parte qualquer que estes estejam almejando, e também introduz alterações, na sociedade e no seio de sua própria classe, que, embora não alterem as relações de exploração e dominação, inovam consistente e duradouramente a dinâmica social. Para Coutinho, nos casos de revolução passiva estamos diante “de uma complexa dialética de restauração e revolução, de conservação e modernização”. (COUTINHO, 2012, p.120).

Como tivemos a intenção de mostrar, a história dos Estados Unidos no início do Século XX se deparou com todos os requisitos. Existia a pressão internacional, tanto pelo grande número de imigrantes que aportavam diariamente, como pelo medo da influência soviética no interior da América, do qual o Red Scare foi a manifestação mais clara e brutal. Internamente, embora a história oficial tenha dado conta de esquecer isso, havia indubitavelmente a pressão das classes subalternas, e dadas a intensidade e a organização dos movimentos da época, talvez não seja adequado caracterizar essa pressão como difusa, inconsistente ou desarticulada. De qualquer forma, a burguesia norte-americana tinha muito com o que se preocupar: necessitava encontrar uma forma de reestruturar a economia para aumentar as taxas de lucro e neutralizar o chamado “perigo vermelho”. A destruição do movimento operário serviu a esses dois propósitos: a destruição da esquerda amenizou a ameaça do socialismo e ao mesmo tempo desarticulou grandes reações que poderiam ocorrer

ao remodelamento do perfil operário necessário para o fordismo, que foi a resposta encontrada para a necessidade de aumentar a acumulação de capital. Por outro lado, foi necessário conceder alguns benefícios, como os salários mais altos e alguns programas de assistência. Esse processo, aliado ao puritanismo, alterou não apenas a organização da base produtiva, mas criou um novo perfil psicofísico para o proletariado americano, permitindo o consumo de massa.

As relações de exploração e o modo de exploração capitalista precisaram se alterar significativamente para continuar existindo, e, depois dessas considerações, parece-nos pertinente considerar que o desenvolvimento do americanismo e fordismo foi um exemplo de revolução passiva ocorrida nos Estados Unidos.

Trata-se de uma revolução passiva que se desenvolve primordialmente no campo da produção e dos aparelhos privados de hegemonia (entre os quais, com o fordismo, se inclui a própria empresa), que reciclam e reativam a ética puritana do trabalho. A própria sociedade civil acaba exigindo a intervenção legislativa coercitiva do Estado, sugerindo a formação de uma ideologia estatal baseada no puritanismo e apresentada como verdadeiro americanismo. (DEL ROIO, 1998, p. 294).

Essas novas relações (com a possível exceção do puritanismo) se alastraram pra outros países. Depois da Segunda Guerra Mundial, a expansão planetária do fordismo — que já ocorria de forma incipiente na primeira metade do século (GOUNET, 1999) — se intensificou, principalmente rumo à Europa, na execução do Plano Marshall pela reconstrução, com capitais americanos, do Velho Continente. A partir daí, numerosas indústrias europeias adotaram o fordismo (GOUNET, 1999). *Pari passu* com esse

processo, o Estado (nos EUA e principalmente na Europa) passou a assumir uma gama maior de obrigações. A produção de massa exigia investimentos vultosos em capital constante e para ser lucrativa precisava de uma demanda grande e relativamente estável (HARVEY, 2012). O Estado se esforçava para manter essa estabilidade por meio de políticas fiscais voltadas para o investimento na infraestrutura pública (transporte, equipamentos públicos etc.), considerada vital para garantir emprego relativamente pleno e possibilitar o consumo de massa. Também eram feitos complementos aos salários dos trabalhadores, por meio de fornecimento público de seguridade social, educação, assistência educacional e médica etc. (HARVEY, 2012). Para Harvey,

o notável é a maneira pela qual governos nacionais de tendências ideológicas bem distintas — gaullista, na França, trabalhista, na Grã Bretanha, democrata-cristão, na Alemanha Ocidental etc. — criaram tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de estado do bem-estar social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário. É claro que o fordismo dependia da assunção pela nação-Estado — como Gramsci previra — de um papel muito especial no sistema geral de regulamentação social. (HARVEY, 2012, p.130).

Mais do que se expandir, essas bases proporcionaram algumas décadas de fôlego para o desenvolvimento capitalista, que seguiu com sua dinâmica de forma ascendente, durante os “anos dourados”, entre 1945 e 1973 (HOBSBAWM, 2010).

O problema da configuração e uso próprios dos poderes do Estado só foi resolvido depois de 1945. Isso levou o fordismo à maturidade como regime de acumulação plenamente acabado e distintivo. Como tal, ele veio a formar a base de um longo período de expansão pós-guerra que se manteve mais ou menos intacto até 1973. Ao longo desse período, o capitalismo nos países capitalistas avançados alcançou taxas fortes, mas relativamente estáveis de crescimento econômico. Os padrões de vida se elevaram, as tendências de crise foram contidas, a democracia de massa, preservada e ameaça de guerras intercapitalistas, tornada remota/ O fordismo se aliou firmemente ao keynesianismo, e o capitalismo se dedicou a um surto de expansões internacionalistas de alcance mundial que atraiu para a sua rede inúmeras nações descolonizadas. (HARVEY, 2012, p.125).

A partir daí, o modelo fordista-keynesiano se esgota com a queda nas taxas de lucro e a conseqüente crise estrutural do capital, que marca o fim das capacidades civilizatórias deste modo de produção (MÉSZÁROS, 2002). Gramsci não viveu para ver o pleno desenvolvimento do americanismo e fordismo, mas acertou em sua análise quando, baseado no livro *Europa e América* de Trotsky, disse que havia grande possibilidade dos Estados Unidos superarem a Europa como centro do capitalismo e subordinarem o Velho Continente (DEL ROIO, 2009). E, levando tudo isso em consideração, se houve uma revolução passiva nos Estados Unidos, também faz sentido trabalhar com a hipótese de que o americanismo e fordismo foram os precursores (e em parte fomentadores) de uma era de revoluções passivas desencadeadas no planeta ao

longo do século XX (DEL ROIO, 1998; 2009), na esteira da trágica derrota da luta socialista pela emancipação humana. Portanto, longe de ser um tema datado ou pertencente apenas ao interior do mundo acadêmico, o fordismo, o americanismo e as revoluções passivas fazem parte das questões a serem refletidas dentro da enorme, porém necessária, tarefa de ressuscitar a perspectiva global do socialismo para este século que se inicia.

## REFERÊNCIAS

ALVES, G. Trabalho e subjetividade. São Paulo: Boitempo, 2011.

APTHEKER, H. A revolução americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

COUTINHO, C N. Gramsci. Porto Alegre: L&PM, 1981.

\_\_\_\_\_. A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? In: Revista Novos Rumos, v.49, n1. Marília: 2012.

DEL ROIO, M. O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo. São Paulo: Ícone, 1998.

\_\_\_\_\_. A mundialização capitalista e o conceito gramsciano de revolução passiva. In: MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima et al (org.). Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações. Araraquara: Cultura Acadêmica/Junqueira & Marin, 2009.

GOUNET, T. Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. V. 1.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 4.

\_\_\_\_\_. Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. V. 5.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 2012.

\_\_\_\_\_. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2013.

HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LENIN, V I. Imperialismo: estágio superior do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

RODRIGUES, A E M. As revoluções burguesas. In: REIS FILHO, D A, et al. O Século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. V.1.

ZINN, H. A people's history of the United States: 1492 to present. New York City: Harper, 2007.